

RECURSO ESPECIAL Nº 1.271.172 - AL (2011/0188250-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : INDUSTRIAL PORTO RICO S/A
ADVOGADOS : MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA E
OUTRO(S) - AL002679
RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES E OUTRO(S) -
DF015182

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 194):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TAXA SELIC. CABIMENTO.

- A Taxa SELIC não é cabível na fase de liquidação da sentença, se a decisão transita em julgado, posterior à Lei n.º 9.250/95, a tiver afastado expressamente ou for com ela incompatível, ao fixar correção monetária e juros de mora, tendo em vista que aquela tem natureza dúplice (correção monetária e juros moratórios, cumulados). Entendimento consagrado nos Embargos de Divergência n.º 779.266/DF. Precedente: STJ, Recurso Especial n.º 911.430/DF, Relatora a Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, unânime, julgado em 21.02.2008, DJ de 05.03.2008.

- Possibilidade de incidência no caso concreto, pois a sentença é anterior à instituição da Taxa SELIC e este Tribunal manteve incólume a parte dispositiva que dispunha, de forma totalmente genérica, a aplicação de correção monetária e juros de mora.

Agravo de instrumento provido.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados.

A recorrente alega contrariados os arts. 467, 468, 475-G e 535, II, do CPC/1973; e 167, parágrafo único, do CTN.

Afirma a nulidade do aresto atacado, indicando a manutenção de omissões, a despeito da formalização de declaratórios.

Argumenta, em síntese, violada a coisa julgada, sustentando que, "tendo a sentença determinado a aplicação de juros de mora à razão de 0,5% ao mês, não é lícito, em sede de execução, a substituição de tal índice pela Taxa SELIC." (e-STJ, fl. 245).

Foram apresentadas contrarrazões.

Superior Tribunal de Justiça

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do apelo nobre.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT", E § 3º DA LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIGIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1022 do atual Código de Processo Civil, haja vista que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Com efeito, o acórdão recorrido foi claro ao decidir que é factível a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade.

2. Extraí-se do acórdão vergastado que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do STJ de que o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições.

3. Outrossim, depreende-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar se foram preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade híbrida, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido, com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.789.828/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/4/2019)

Ao analisar o recurso de apelação, a Corte *a quo* expressamente consignou (e-STJ, fl. 191):

Cumprе destacar, primeiro, que a sentença foi prolatada antes da Lei n.º

Superior Tribunal de Justiça

9.250/95, instituidora da Taxa SELIC.

Segundo, o Acórdão lavrado na Apelação Cível n.º 183.996-AL, fl. 78, embora seja de agosto de 2002, não modificou a parte dispositiva sentencial que determinara, genericamente, a aplicação de correção monetária e juros de mora de 0,5% (meio por cento), declarando este e. Tribunal apenas o direito da empresa aos expurgos inflacionários.

Nessa moldura, não há ofensa à coisa julgada, porquanto não foi afastada expressamente essa Taxa por qualquer das instâncias judiciais. Apenas em tal hipótese, ou se com ela incompatível por determinação judicial posterior à Lei n.º 9.250/95, a *res judicata* impediria a sua incidência, conforme consagrado nos Embargos de Divergência n.º 779.266/DF no v. Superior Tribunal de Justiça.

A toda evidência, a conclusão adotada pelo Colegiado de origem não destoaria do entendimento adotado por este Tribunal Superior, no sentido da possibilidade da inclusão da Taxa SELIC na fase da liquidação quando a sentença da fase de conhecimento foi proferida antes do advento da Lei n. 9.250/1995.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS E DA TAXA SELIC. OFENSA À COISA JULGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR REFERENTE AO EXCESSO DE EXECUÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a inclusão de expurgos inflacionários em liquidação ou execução de sentença só é lícita se a decisão transitada em julgado na fase de conhecimento não decidiu expressamente sobre essa matéria, sob pena de ofensa à coisa julgada.

2. Só se admite a inclusão da Taxa SELIC se a decisão que transitou em julgado for anterior à entrada em vigor da Lei n. 9.250/95, que a instituiu. Precedentes.

3. A base de cálculo dos honorários advocatícios, em embargos à execução, deve corresponder, necessariamente, ao montante alegado como excessivo.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.239.463/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2011, DJe 26/4/2011)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS E DA SELIC. OFENSA À COISA JULGADA. VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL PARCIALMENTE CONFIGURADA.

1. Controverte-se a respeito da existência de coisa julgada relativamente à inclusão dos expurgos inflacionários e da taxa Selic, na Repetição de Indébito Tributário.

2. É lícito incluir os expurgos nos cálculos da liquidação, ou da execução de sentença, se a decisão transitada em julgado no processo de conhecimento não decidiu expressamente sobre essa matéria.

Superior Tribunal de Justiça

3. Admite-se a inclusão da Selic se o decisum passou em julgado antes da entrada em vigor da lei que a instituiu.
4. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou que o acórdão, transitado em julgado em 1997, limitou-se a determinar a "correção monetária plena" e juros de 1% ao mês.
5. Recurso Especial parcialmente provido, para excluir a incidência da Selic. (REsp 1.189.634/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/10/2010, DJe 2/2/2011)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TAXA DE JUROS. NOVO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. ART. 406 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC.

1. Não há violação à coisa julgada e à norma do art. 406 do novo Código Civil, quando o título judicial exequendo, exarado em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros previstos nos termos da lei nova (REsp's 1.111.117/PR, 1.111.117/PR e 1.111.119/PR, julgados pela Corte Especial de acordo com a sistemática dos recursos repetitivos, Rel. p/ acórdão Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 2.9.2010).
2. Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95, 84 da Lei 8.981/95, 39, § 4º, da Lei 9.250/95, 61, § 3º, da Lei 9.430/96 e 30 da Lei 10.522/02)' (EREsp 727.842, DJ de 20/11/08)" (REsp 1.102.552/CE, 1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, DJe de 6.4.2009).
Todavia, não houve recurso da parte interessada para prevalecer tal entendimento.
3. Recurso especial parcialmente conhecido, porém, nessa extensão, não provido.
(REsp 1.136.430/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/9/2010, DJe 15/10/2010)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator